



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2013

# Ação judicial exige consórcio para transporte integrado

**MPE**, autor da ação, quer valer a lei que criou a Grande Aracaju

Matheus Oliveira  
DA EQUIPE JC

O Ministério Público Estadual (MPE) entrou esta semana com uma Ação Civil Pública (ACP) para que seja criada uma empresa administradora do consórcio de transporte intermunicipal da Grande Aracaju. Uma audiência de conciliação deve ocorrer em julho entre representantes do Governo do Estado e o governador e das cidades envolvidas. “A Lei Estadual de 2003 que criou a Grande Aracaju indica que cada município deve efetuar a sua própria licitação. Já para a região metropolitana, deve haver consórcio para integração”, disse o promotor **Marcílio Siqueira**. O Estado deve ser ator e coordenador do processo associativo, segundo a ACP. A metrópole envolve as cidades de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros. O desconto de dois terços na passagem de estudantes e a criação de um Conselho Superior de Transportes (de função fiscalizadora e deliberativa) também foram aventadas na ação.

Siqueira afirmou que os entes públicos envolvidos e o MPE concordam com a existência do consórcio. “O Ministério Público conseguiu uma vitória em favor da sociedade. Esperamos que a audiência seja amigável para avançar na licitação”, frisou. “O processo, apesar de feito pelas SMTTs [superintendências municipais de Trânsito e Transportes] dos municípios, deve ser feito de forma unida. Congregar essas superintendências é tarefa do governo estadual”, falou.

Flávio Maciel, um dos líderes do Movimento Não Pago, afirmou desconhecer a ACP ajuizada pelo MP. “Quanto à licitação, nosso receio é que ela possa legitimar o que está errado. A proposta antiga, por exemplo, queria acatar a ideia de haver seis passageiros por metro quadrado. Isso é um absurdo”, falou. Outras propostas do militante são a idade máxima de cinco anos

para a frota, maior acessibilidade aos deficientes físicos, passagem gratuita aos estudantes durante o período escolar e também para desempregados.

“Compreendemos que o passe livre é um direito. Essa é uma proposta [de eliminar o passe livre para algumas categorias como policiais e carteiros] das empresas para

aumentar o lucro. Acreditamos que a tarifa não seria reduzida na mesma proporção, caso a ideia fosse aprovada”, falou.

Maciel afirmou ain-

da que o movimento tem procurado as câmaras municipais das quatro cidades envolvidas. “Já visitamos a Câmara da Barra dos Coqueiros, e a receptividade dos vereadores foi boa. Também participamos de uma audiência em Aracaju, puxada pelo vereador Max Prejuízo, e que contou com representantes de todos os municípios envolvidos. Fomos muito bem recebidos”.

▼ “A AÇÃO CIVIL PÚBLICA RESSALTA QUE O ESTADO DEVE SER O AUTOR E COORDENADOR DO PROCESSO ASSOCIATIVO”

**Sedurb**

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (Sedurb) informou que está aberta para participar da audiência de conciliação. “Já temos participado de reuniões com a SMTT de Aracaju, prefeituras da região metropolitana, cooperados e usuários, a fim de prestar um serviço de transporte de melhor qualidade para a população”, disse Amanda Melo, assessora de imprensa da entidade.

A jornalista cita ainda, entre as ações acerca do transporte público intermunicipal, concessão no aumento na capacidade de assentos de 28 para 32 lugares e a redução de taxa de embarque no Terminal Luiz Garcia (rodoviária velha) de R\$ 1,05 para R\$ 0,50. “Também está sendo realizada, de forma participativa, revisão de itinerários, linhas e rotas para atender a um maior número de usuários. Foram realizadas diversas visitas aos municípios do Estado, a fim de se elaborar um diagnóstico dos demais terminais e, em consequência disso, foi elaborado o Projeto de Reforma e Construção de Terminais Rodoviários”, disse Amanda. O plano prevê obras em 22 municípios.